



PROGRAMA
HISTÓRIA
ORAL

JUÍZA DE DIREITO
LEILA CURY



ENTREVISTA CONCEDIDA PELA JUÍZA LEILA CURY AO PROGRAMA HISTÓRIA ORAL DO TJDFT

Leila Cury formou-se em Direito em 1987, pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal – AEUDF. É Pós-graduada em Direito Penal e Processual Penal pela mesma instituição. Em sua trajetória profissional, exerceu a advocacia privada, foi Analista Judiciário do TJDFT por cerca de dois meses e Promotora de Justiça do MPDFT por 2 anos e meio. Em 14 de fevereiro de 1997, tomou posse no TJDFT no cargo de Juíza de Direito, atuando no Tribunal do Júri de Brasília, na 1ª Vara Criminal de Taguatinga e na 1ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal. Também foi Juíza Eleitoral da Zona do Exterior no biênio 2012/2014. Em 13 de maio de 2014, assumiu como titular da Vara de Execuções Penais do DF (VEP/DF) e Coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo do Distrito Federal.

Desembargadora Sandra De Santis

Hoje, no nosso Programa História Oral, vamos entrevistar a Juíza Leila Cury.

Sua Excelência é bacharel em Direito pela UDF,¹ concluído no segundo semestre de 1987; pós-graduada em Direito Penal e Processual Penal em 1992; advogou, com inscrição na OAB, de 1987 a 1994; foi Analista Judiciária por um breve período, de junho a agosto de 1994; Promotora de Justiça no Ministério Público do Distrito Federal, de 15 de agosto de 1994 a 13 de fevereiro de 1997; finalmente, Juíza de Direito desde 14 de fevereiro de 1997, com passagens anteriores pelo Tribunal do Júri de Brasília, 1ª Vara Criminal de Taguatinga e 1ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal; também foi Juíza Eleitoral, no biênio 2012/2014; atualmente, é a titular da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal (VEP).

Desde 13 de maio de 2014, a Dr.ª Leila Cury é Coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fisca-

¹ Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal – UDF.

lização do Sistema Carcerário e Socioeducativo do Distrito Federal.

É um currículo e tanto!

Comecei a participar da sua história exatamente em 14 de fevereiro de 1997, quando escolhi uma juíza para me auxiliar no Tribunal do Júri de Brasília.

Juíza Leila Cury

Isso. E eu tive a sorte de ser escolhida.

Desembargadora Sandra De Santis

Acertei.

Juíza Leila Cury

Trabalhamos juntas por quatro anos.

Desembargadora Sandra De Santis

Vamos começar conversando sobre a sua história: o lugar onde nasceu — até sei bastante da história, mas tem de ficar registrado —, como foi sua vida antes de escolher o curso de Direito, um problema de saúde, de visão, mais especificamente. Como tudo isso aconteceu?

Juíza Leila Cury

Nasci em Ipameri, Goiás. Meu pai é militar e, na época, ele servia no quartel que existe em Ipameri até hoje. É um quartel de Engenharia, embora ele não seja engenheiro. Ele é contador. Desde essa época que ele já trabalhava na parte da Tesouraria, Recursos Humanos do quartel.

Nasci lá, em 15 de agosto de 1966, e saí de lá uns dois ou três anos depois porque meu pai foi para o quartel de Cristalina. Na época, ele conheceu o Brâncio,

marido da Dr.^a Ana². Nessa época, moramos todos juntos no quartel de Cristalina. Ali, fiquei até quase 10 ou 11 anos de idade. Na época, ela ainda não tinha a filha mais nova, a Débora. Eram só as outras três, a Beth — sou um ano mais velha que a Beth —, a Aninha e a Patrícia. As outras eram bem pequeninhas mesmo. Eu e a Beth regulávamos, mais ou menos. Até dividimos o primeiro namoradinho, que era o filho do Coronel Costa, que morava lá também, o Marcelo, que hoje é amigo meu e dela também. Mas faz muitos anos que não o vejo mais. Os militares formavam uma família; eram poucos, e volta e meia se encontravam nas unidades.

Daí, meu pai veio para Brasília, logo no meio dos anos 1970. Nós viemos, todos juntos — o meu irmão mais novo era bebezinho. Nós viemos e ficamos, porque, normalmente...

Desembargadora Sandra De Santis

Vocês são quantos irmãos?

Juíza Leila Cury

Tenho dois irmãos homens. E todos nós viemos para cá.

Os militares costumam, de dois em dois anos, mudar de local, mas, não sei se por bem ou por mal, meu pai teve uma trajetória bem diferente da dos militares, porque, quando viemos para Brasília, nos anos 1970, aqui era quase selvagem — as quadras não eram muito povoadas, tudo muito tranquilo. Ele foi trabalhar no EMFA — Estado-Maior das Forças Armadas, hoje Ministério de Defesa —,

2 Des. Ana Maria Duarte Amarante Brito (*22/2/1948).

e ali ficavam as três forças — Exército, Marinha e Aero-náutica.

Como eram poucos e meu pai sempre trabalhou na parte de pagamento, tesouraria, e, naquela época, ele fazia o pagamento de todo o Exército, pelo menos na região dele — não sei dizer exatamente quais regiões abrangia, mas acho que era aqui, Rio de Janeiro e não sei se uma parte de São Paulo. Sei que ele ia a Fernando de Noronha³. Lá tinha uma base em que ele trabalhava, em uma época em que tudo era bem selvagem mesmo. Ele conheceu Fernando de Noronha em uma época que não tinha o *glamour* que tem hoje. Era difícil chegar lá.

Ele também trabalhava no Rio. Não sei dizer exatamente, nessa época eu era muito pequena, não compreendia como era. Sei que ele tinha de ir em tempos para a base de Fernando de Noronha e, outras vezes, para o Rio de Janeiro. O pagamento era feito todo no “canetão”, porque não havia computador, essas coisas.

Como havia poucas pessoas com esse conhecimento dele, ele foi ficando, foi ficando, foi ficando... Quando eles ficam fora das bases deles, teriam de ficar, por exemplo, dois anos e teriam de voltar para a base dele que, no caso, é o Exército, para um quartel, um batalhão. Mas, como não havia alguém para substituí-lo, ele foi ficando, ficando e ficou a vida toda. Então, ele ficou mais de trinta anos, até aposentar no EMFA, e eu fiquei aqui. Quer dizer,

3 Arquipélago localizado em Pernambuco – PE.

minha base toda... cheguei aqui, acho que eu tinha dez para onze anos e estou até hoje.

Muito tempo.

Desembargadora Sandra De Santis

Por que escolheu o curso de Direito?

Juíza Leila Cury

Por acaso. Na época, fiz o 2º grau, hoje Ensino Médio, no Objetivo⁴.

Eu me lembro — engraçado, depois que você vê as coincidências da vida — que um professor meu se chamava Marcelo Bonfá. Muitos anos depois, ele já era mais velho, ele se casou com uma Promotora, que foi minha colega quando eu passei no concurso. Ela era de uma turma antes da minha, na verdade, mas ficamos como adjuntas durante certo tempo e, um belo dia, eu a vi com ele. Ele é bem mais velho que ela, eu o vi e o reconheci, ele me reconheceu também. Ele era professor de Geografia.

Lembro-me que, no 3º ano do Ensino Médio, eu entrei na faculdade com 17 anos, eu era muito nova quando entrei na faculdade. Então, eu não tinha muita maturidade, mas o professor passou aqueles testes vocacionais e, quando veio o resultado do meu teste, deu que eu tinha uma tendência para Recursos Humanos.

O professor conversou conosco. Ele pegou os testes, começou a conversar, a discutir e a sugerir que fizéssemos isso ou aquilo. Ele disse assim: “Olha, você parece que tem

4 Colégio Objetivo.

uma tendência para Psicologia ou então, quem sabe, para Direito.” Aí eu disse: “Direito, mas Direito faz o quê?” Ele disse assim: “Com Direito, você pode ser advogado, pode ser promotor, pode ser juiz. Há um leque de opções”.

Desembargadora Sandra De Santis

Foi isso tudo.

Juíza Leila Cury

Falei: “Psicóloga.”. Não sei se eu queria ser Psicóloga. Eu sempre falei muito. Então, falei: “Será que Comunicação não seria legal? Jornalismo é tudo?”. Ele falou: “Não sei, acho que você tem uma tendência mais para Psicologia ou para Direito, quem sabe”.

Nisso, naquela época, havia a UnB,⁵ o CEUB,⁶ a UDF, a UPIS,⁷ e a UNEB,⁸ que estava ainda em construção, estava para ser entregue, mas nem funcionava ainda — eram só quatro faculdades e com poucas opções de curso. Então, fiz a inscrição na UnB para Relações Internacionais. Eu fiquei naquela... eu nem pensava em Direito. Não tinha, nessa época, o curso de Comunicação na UnB, ainda não era oferecido. Nem sei se hoje há, mas, naquela época, de todos que se apresentavam ali, pensei: “Bom, Relações Internacionais, talvez”. Fiz inscrição para Comunicação no CEUB. Na UDF e na UPIS, a opção que tinha era o Direito e, aí, fiz a inscrição.

Fiz o da UnB e não passei, não atingi a pontuação para ingressar. Fiz o da UDF, passei. Fiz o da UPIS, passei

também. Nisso, lembro-me que, na época, entre a UPIS e a UDF, gostei mais da UDF. Eu tinha de fazer a inscrição em um determinado dia, e, somente no dia seguinte, iria começar o vestibular do CEUB, onde eu tinha feito Comunicação, que era o que eu queria, na verdade.

Se meu pai fizesse a inscrição na UDF e eu passasse no CEUB, ele ia perder o dinheiro que ele pagou na UDF e ainda ia ter de pagar o do CEUB. Apesar de eu ter só 17 anos, sempre fui muito preocupada com tudo. Nem sei se uma pessoa de 17... Vejo a minha sobrinha, que tem dezenove e é totalmente desligada. Mas, na época, eu ficava muito preocupada. Eu pensava assim: só meu pai trabalhava, ele tinha mais dois filhos e ele pagava colégio. Ele sempre investiu no nosso estudo, nunca fez conta de valor. Ele sempre guardou dinheiro, como bom contador, não é? Então, ele sempre foi muito comedido e muito criterioso. Ele sempre guardava, tinha sempre o dinheirinho separado e, quando ele falava que era para investir em estudo, investia mesmo, porque era o objetivo dele nos dar a chance de vencer.

Então, falei: “Não vou. Vou fazer o curso de Direito. Se eu não gostar, tenho só 17 anos, posso mudar, não vai atrapalhar minha vida.” Mesmo assim, ele insistiu. Nesse ponto, ele nunca insistiu que fizéssemos... Ele nunca interferiu, ele sempre nos deixou à vontade para que escolhêssemos o que queríamos mesmo, qual seria nossa pretensão. E ele: “Olha, o que eu puder ajudar para bancar o sonho, vamos lá fazer. Se quiser fazer Turismo, você faz.” Aí eu disse: “Eu não quero porque o senhor vai gastar dinheiro e não quero.” E ele: “Não, mas eu tenho dinheiro. Não se preocupe”. Eu falei: “Não, pai, posso não passar” — como eu não havia passado na UnB —, “mas posso

5 Universidade de Brasília – UnB.

6 Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

7 União Pioneira de Integração Social (UPIS) – instituição de ensino superior em Brasília.

8 União Educacional de Brasília – UNEB.

passar e, se eu passar, sei que vou querer Comunicação, e aí é muito dinheiro e tudo". E ele disse: "Não, não se preocupe com dinheiro, o dinheiro está separado. Quero que você faça o que você quiser". Lembro-me como se fosse hoje — têm tantos anos isso — eu dormindo, seis horas da manhã, ele bateu à porta do meu quarto, abriu, acordou-me e disse: "Minha filha, levanta que vou te levar para você fazer o vestibular do CEUB". E eu disse: "Não quero, eu vou ficar." Aí ele foi e voltou, foi e voltou, até que vi que não ia me convencer mesmo. Eu falei: "Não, pai, eu vou fazer, porque o meu professor Bonfá falou que achava que eu tinha vocação. Então, não sei como é, nunca ouvi falar no curso". Não tinha ninguém da família até então. Na verdade, tinha um primo meu, que era de São Paulo, mas era muito distante. Então, eu não tinha contato para ele me dizer as impressões, para, de repente, eu ir ao local para ver e tudo. E ainda lembrei-me que nós tínhamos vindo aqui. Aqui é o bloco "A", não é?

Desembargadora Sandra De Santis

É, bloco "A".

Juíza Leila Cury

Só tinha o bloco "A". O bloco "B" não existia ainda na época. Estou velha! O 1º Cartório da Zona Eleitoral — acho que só tinha uma zona, nem sei se tinham mais zonas — ficava aqui no 3º andar. Viemos, meu pai veio

para tirar o título. Acho que eu não tinha tirado ainda, porque, naquela época, ainda tinha a maioridade penal, que era 18 anos, e a maioridade civil, que era 21 anos, e eu ainda tinha 17. Nós viemos com ele. Ele e minha mãe vieram resolver qualquer coisa de transferência do título e havia aqueles elevadores. Ele é muito engraçado, porque ele é "explicadinho", minha mãe o chama de "Seu Explicadinho". Aí chegamos e tinha os elevadores que desciam nos números ímpares e nos números pares, e lembro-me que estava bem cheio o *hall*, porque era dia de trabalho mesmo, aí ele parou em frente aos elevadores e disse assim, daquele jeitão militar dele: "Esses aqui são ímpares, esses são pares. Nós vamos para o 3º andar. Três é ímpar, não é, gente?". Aí todo mundo olhando, um olhando para baixo, outro olhando para cima. Nós estávamos com vergonha, todos olharam para nós. E ele fala alto, grosso, e chamou a atenção de todo mundo, é um homem enorme. Aí todo mundo olhando para nós e nós morrendo de vergonha. Ele?: "Vamos, responda". "Sim." "Então, vamos pegar esse aqui". Tinha um monte de gente rindo, mas ninguém o conhecia. Entramos e, na hora em que fomos olhando para as portas — lembro que não havia só o cartório eleitoral no 3º andar, havia outros —, havia alguns nomes nas plaquinhas e ele virou para mim e falou assim: "Vai olhando aí, um dia você vai trabalhar aqui". Olha só!

Desembargadora Sandra De Santis

Que coisa!

Juíza Leila Cury

Ainda me lembrei disso e falei isso para ele. Quando falei isso para ele, eram umas seis

horas da manhã de um dia de vestibular, ele sossegou. Eu disse: "Você não falou que eu iria trabalhar lá? Quem sabe? O futuro a Deus pertence." Aí ele sossegou. Para encurtar a história, eu não fui. Não sei se passaria ou não. Pouco tempo depois, o curso começou. Aí o meu professor de Introdução ao Direito I era o Professor José Geraldo Júnior,¹⁰ que foi Reitor da UnB. Ele estava começando. Engraçado, lembro-me como se fosse hoje, tenho boa memória para essas coisas. Ele começou a falar do Direito e a traçar um paralelo com o filho dele, porque o filho dele era um bebezinho de meses, tinha acabado de nascer e ele estava encantado com a criança. Ele falava que olhava para a criança. Os olhos dele brilhavam quando ele falava da criança, do filho, e quando ele falava do Direito. Eu fiquei apaixonada pelo jeito que ele falava, como o olho dele brilhava quando ele falava do Direito, e ele me despertou a atenção.

O primeiro semestre nem é tão encantador assim, porque você pega muita coisa. Tinha Português. A única matéria do Direito mesmo era Introdução ao Direito I, TGP I,¹¹ que eu me lembro que era isso que ele falou e me encantou demais. As demais matérias eram básicas. Algumas eu tinha acabado de ver no colégio, como Português, e, então, já não despertou tanta atenção assim, mas da Introdução ao Direito eu gostei. Gostei porque o Professor José Geraldo me despertou com o amor que eu percebia que ele tinha pelo Direito.

Quando foi no outro semestre, no segundo ou no terceiro, salvo engano, fui indo. Do segundo eu também gostei, ainda era introdução. Salvo engano, foi no terceiro que eu fiz Direito Penal I e o professor era o Desembarga-

dor Smaniotto.¹² E ele é apaixonante, eu gostava demais dele, gosto até hoje. Por curiosidade, ele até foi despachar um processo comigo na semana passada, quarta-feira ou quinta-feira. Ele estava lá como advogado, hoje já está aposentado.

Na época, ele era professor, e foi meu professor várias outras vezes, porque fiz a faculdade com ele. Logo em seguida eu saí e na pós-graduação cheguei a ter uma aula dele, ele foi convidado. Participei de várias outras palestras e outros cursos antes de ingressar no concurso. Quando comecei a ter aula com ele, falei: "É isso que quero mesmo!".

Tive aula com a Dr.^a Cármen Maria Martins Gomes, não sei se a senhora conheceu.

Desembargadora Sandra De Santis

Promotora? Foi Promotora do Júri. Muito boa!

Juíza Leila Cury

Promotora do Júri, ela foi minha professora. Paulo Tavares foi meu professor.

Desembargadora Sandra De Santis

Paulo Tavares também é excelente.

Juíza Leila Cury

O Desembargador Everards Mota e Matos,¹³ falecido.

12 Desembargador Edson Alfredo Smaniotto (*10/6/1951).

13 Desembargador Everards Mota e Matos (*10/11/1936 – †27/4/2003).

10 José Geraldo de Sousa Júnior, reitor da UnB de 2008 a 2012.

11 Teoria Geral do Processo – TGP

Desembargadora Sandra De Santis

E com o Professor Ismail? Foi contato como professor? Ele gostava muito da sua atuação.

Juíza Leila Cury

Ele foi meu professor. Ele foi militar, trabalhou com o meu pai. Então, ele me conhecia antes, quando eu era garota. Ele chegou a me conhecer fora, mas não tínhamos muito contato, era bem raro nos encontrarmos. Mas, logo que comecei a estudar Direito, ele já era professor. Foi meu professor na UDF.

O Desembargador Diaulas Ribeiro¹⁴ também foi meu professor. Ele deve ser pouca coisa mais velho, mas começou como professor muito jovem e chegou a ser meu professor. O Professor Paulo Tavares, o Desembargador Edmundo Minervino¹⁵ e vários outros da velha-guarda. Alguns que ainda estão na ativa. Todos eles me despertaram a vontade.

Desembargadora Sandra De Santis

E o problema de vista surgiu em que época?

14 Desembargador Diaulas Costa Ribeiro (*2/12/1962).

15 Desembargador Edmundo Minervino Dias (*11/5/1932). Foi Presidente do TJDF no biênio 2000-2002.

Juíza Leila Cury

Eu já nasci com o problema de vista. Houve um período em que não enxerguei, só que não me lembro, graças a Deus. Não me lembro, não. Tenho uma imagem só: eu tinha um ano e pouco, dois anos, não me lembro bem. Ainda estávamos em Ipameri¹⁶ e meu pai saiu comigo para me levar para São Paulo. Havia um médico, que não me esqueci o nome, Dr. Tauhata. Todos falavam que ele era excelente. Eu estava com uma infecção muito forte que estava me cegando e ninguém sabia. Cidade do interior, havia um hospital, um ou dois médicos. Não havia tratamento e aí foi buscar na capital, em Goiânia. Brasília estava bem no começo ainda. Não estava havendo condição, até que um amigo do meu pai, que trabalhava no quartel em São Paulo, falou desse médico, que era especialista.

Ele estava me levando e lembro-me de que paramos no meio do caminho em Catalão¹⁷, onde moravam uns parentes do meu pai. Meu pai é filho de libanês. Quando meu avô veio do Líbano com meu bisavô e a família toda, o pessoal se espalhou pelo interior de Goiás. Em uma daquelas cidades — não me lembro bem se era Pires do Rio ou Catalão, sei que era perto de Ipameri —, meu pai passou lá e lembro-me de uma imagem minha, deitada na cama, e uma das tias falou: “Coitadinha, tão novinha, tão criança!”. Eu abri os olhos e não vi nada. É a única imagem que tenho dessa época. De resto, não me lembro de mais nada.

16 Município goiano, localizado a 198 km da capital Goiânia.

17 Município goiano distante 262 kms da capital Goiânia.

Sei que fui com o meu pai para São Paulo e esse médico fez um tratamento que melhorou. Era uma conjuntivite alérgica. Eu tinha alergia a tudo que se possa imaginar. Eu não podia comer chocolate, nada com cafeína. Pouquíssimas eram as frutas que eu podia comer. Tinha muita restrição. Tinha de tomar chá, não podia tomar leite, nada. Tudo me dava alergia, poeira, tudo. Lembro que minha mãe até hoje fala, morrendo de rir, que comprava bombom, chocolate, essas coisas que crianças gostam, e ia comer escondida no banheiro para eu não ver e não chorar. Mas eu também não lembro dessa fase, não ficou nenhum trauma, porque não me lembro de nada.

Eu sei que o médico me curou. Eu tive de tomar umas vacinas, ele tirou a secreção que saía do olho e conseguiu fazer um antídoto. Eu tive de tomar trinta injeções na veia, dia sim, dia não. Fiquei com os braços furados e minha mãe disse que eu chegava e dava o braço. Normalmente criança tem medo de agulha, mas foi algo que passou.

Quando já estávamos aqui em Brasília, apesar de ter curado essa questão, sempre tive problema de vista, de miopia¹⁸ e astigmatismo¹⁹. E a miopia era alta. Aqui em Brasília, a gente ia ao Hospital das Forças Armadas – HFA e fazia exame. O médico falava: “Esse é o grau”. Aí passava um pouco — isso entrando na faculdade, já com 17 anos, eu já olhava e não via direito. E ficava aquela coisa, porque eu não podia sentar na primeira cadeira, porque ainda era giz, e o pó do giz me dava alergia. Se eu sentasse lá no fundo, não enxergava nada. Então, era aquela loucura. Do meio para a frente, eu também não

enxergava. Então, fui da turma do fundão, não porque eu queria, mas porque tive de ser mesmo. Era pior o giz. Então, o que eu fazia? Quando o professor entrava, eu já me apresentava, dizia que eu tinha problema de vista e dizia que os colegas que estavam do meu lado tinham de ditar o que estava no quadro, porque, muitas vezes, passavam a pergunta no quadro para fazermos a prova e não entregavam a prova impressa. Muitas vezes tinha de fazer ali, para não achar que estava colando. Então, a faculdade inteira sabia disso. E, nessa época, eu usava óculos e ficava ruim. Aí meu pai falou: “Minha filha, você tem que verificar com calma. O que está acontecendo? Você faz o teste, fica bem. Dois dias depois, quando você está com os óculos, já não dá mais. Então, você não está prestando atenção”. Aí eu dizia: “Pai, mas eu estou prestando atenção”. Aí eu ficava nervosa, porque eu via. Eu sempre fui preocupada com essas coisas de ele ter de pagar por mim, se sacrificar e tudo. Tinham mais dois outros filhos e minha mãe não trabalhava. E eram caros esses óculos e as lentes, porque eram lentes especiais. Aí eu: “Pai, mas não sei o que está acontecendo”. Até que um belo dia, um médico chamado Dr. Elizabeto — olha o nome estranho, não esqueço também o nome — disse: “Eu acho que ela tem ceratocone”²⁰. O que é isso, não é?

Desembargadora Sandra De Santis

Não tinha Google antigamente.

18 Miopia é a dificuldade de enxergar os objetos de longe.

19 Astigmatismo é um tipo de erro refrativo em que o olho não consegue focar a luz na retina de forma uniforme. Isso faz com que a pessoa veja de forma distorcida ou desfocada a qualquer distância.

20 O defeito do **ceratocone** impede a projeção de imagens nítidas na retina e pode promover o desenvolvimento de grau elevado de astigmatismo irregular e miopia.

Juíza Leila Cury

Não tinha *Google*, era o começo dos anos 80 e a medicina não era tão avançada assim. Eu nunca tinha ouvido falar nisso. Aí ele foi explicar. Fez os testes primeiro, verificou que era ceratocone mesmo e aí descobriu-se a causa. Ele disse: "Olha, a córnea de todo mundo é assim, córnea mesmo, e o ceratocone forma um cone. Aí, vai fechando, fechando. Se fechar totalmente, fura o globo ocular, a pessoa fica cega e já era. Se você descobre a tempo...". Na época existia o tratamento, que era a lente rígida. Então, colocava-se a lente rígida para forçar a fazer assim, e não fazer a ponta. A alteração do grau era grande porque estava em movimento a córnea. Ela estava mudando. Por isso é que a toda hora mudava o grau.

Disseram que eu tinha de usar aquela lente rígida. Só que hoje, a lente rígida tem todo um conforto, ela tem um material que adere ao corpo, então, é fácil de usar. Hoje é mais fácil. Mas, àquela época, a lente era de vidro mesmo, era um vidro trabalhado, mas era. Então, me incomodava demais. Aí o que acontecia? Quando eu colocava, o direito — que quando descobriu estava no grau 3, quase 4 —, era o que mais incomodava. Então, às vezes eu estava assistindo aula e pulava a lente no chão. Aí todo mundo: "Para que o olho da Leila caiu!" Aí saía todo mundo pegando. De vez em quando perdia. Mas, na maioria das vezes, achava. Aí tinha de lavar quinhentas mil vezes, colocava lá e daqui a pouco caía de novo, porque ficava mudando.

E assim eu fiz a faculdade todinha. Foi sacrificante nesse ponto, mas fui persistindo, persistindo e deu certo. E aí, logo que saí da faculdade, fiquei dois anos na fila de transplante do olho direito. De 6 em 6 meses tinha de renovar aqueles exames pré-operatórios. A córnea tinha de ser bem compatível, então, mais ou menos da mesma idade, o tipo sanguíneo, a forma, tudo. Então, era difícil, tanto que fiquei quase dois anos. E aí tinha de renovar o pré-operatório, porque poderia ser a qualquer tempo. E aí foi, fiz, melhorou bastante, não melhorou totalmente. Acho que meu problema de vista — vou morrer com ele — hoje em dia não é nada perto do que já tive. Mas, apesar disso tudo, superei e acabei me formando.

Na época, também, na faculdade, o ano em que me formei foi o último em que o curso era em quatro anos. Aí, a partir do semestre seguinte, já começou a ser em cinco anos, por exigência do MEC²¹. Vieram outras matérias. Então, além de tudo, ainda terminei em quatros anos.

Desembargadora Sandra De Santis

E aí fez concurso para Analista (Judiciário)?

Juíza Leila Cury

Primeiro advoguei um pouco. Entrei para o escritório do Geraldo Mesquita, que foi Senador. O pai era também Geraldo Mesquita, e ele é Geraldo Mesquita Júnior, do Acre. Foi Senador pelo Acre, o pai dele foi Governador.

21 Ministério da Educação – MEC.

O pai dele era político. E ele trabalhou com o pai a vida toda e, quando ele fez Direito, abriu um escritório e trabalhava para escritórios fora do DF.

Desembargadora Sandra De Santis

Era correspondente.

Juíza Leila Cury

Isso, exatamente. E, na época, ele tinha um grupo de pessoas que trabalhava com ele, e lembro-me que, pouco depois que me formei, eu o conheci, e ele disse: “Venha trabalhar comigo, estou precisando de duas pessoas.” E lembro que a outra menina era a Cris, um pouco mais nova que eu — hoje acho que ela é Procuradora, não sei se do INCRA²², de um órgão qualquer Federal, não me lembro mais qual é. Mas aí, na época, ele nos chamou e nós começamos a trabalhar. Íamos aos Tribunais Superiores para representar os escritórios de fora e tudo — o escritório dele era correspondente — e aí logo pensei: “Acho que não gostei de advogar, é cansativo, acho que não tenho perfil”.

Fiz um primeiro concurso e foi um vexame. Não atingi a média e errei bastante. Aí falei: “Vou ter de fazer um curso de reciclagem”. Havia pouco tempo que eu havia terminado o curso e havia passado na OAB²³, mas achava que precisava me preparar. Aí comecei a estudar. Nessa época, reencontrei a Beth, que estava também começando a estudar para concurso. A Dr.^a Ana — para estimular as meninas a fazer concurso e passar, estimular a estudar — abriu um cursinho com a Dr.^a Vera Andrighi²⁴, hoje

Desembargadora, e a Nancy Andrighi²⁵, que, à época, era Desembargadora e logo depois foi para o STJ como ministra. Mas, nessa época, ela ainda era Desembargadora. E aí elas montaram um cursinho, obviamente expuseram o curso através de *folder* e tudo mais para as pessoas se inscreverem.

Comecei a estudar, fiquei alguns meses, na verdade, estudando com ela. Comecei a me estimular. Aquele pessoal todo da minha época, o Fernandes, a Valéria. A Valéria eu ainda não conhecia, mas ela também já estava estudando.

Desembargadora Sandra De Santis

Ela era assessora da Ministra Nancy Andrighi.

Juíza Leila Cury

Sim, ela era assessora, eu a conheci nessa época. O Fernandes eu já conhecia antes, porque ele era amigo de um grande amigo meu, que também fazia Direito. Eles faziam no CEUB, eu tinha feito na UDF. Fomos estudando, a Betinha também veio, a Aninha, da Dr. Ana, e várias outras pessoas. Havia a Isabel Pinto, que foi servidora do Tribunal, salvo engano. O pessoal da minha turma de MP também, a maioria estava nesses cursinhos aí e tentando concurso. Aí, no ano seguinte, fiz a Escola Superior do Ministério Público, que já estava funcionando — ainda há pouco tempo, mas era muito boa, o que de melhor tinha na época. Tínhamos de fazer uma prova para ingressar, eu

22 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

23 Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

24 Desembargadora Vera Lúcia Andrighi (*16/2/1962).

25 Ministra Fátima Nancy Andrighi (*27/10/1952), tomou posse como Ministra do Superior Tribunal de Justiça em 27/10/1999.

fiz, passei, porque nessa época eu já embalei no estudo. Fiz a Escola Superior do Ministério Público, durante o ano todo. Concomitantemente, fui fazer também pós-graduação em Direito Penal e Processual Penal e aí eu deslanchei. Nós ficamos o ano inteiro.

Quando foi no final do ano, já abriu concurso para o Ministério Público. Antes disso, enquanto estava fazendo a Escola Superior, eu fiz... Na época era Técnico e depois mudou para Analista, porque era Técnico, que era o Nível Superior, e havia outros nomes dos quais agora não me lembro, que eram de Nível Médio. O de Técnico era de Nível Superior na época — isso no começo dos anos 90. Tinha Auxiliar...

Desembargadora Sandra De Santis

É Auxiliar. Auxiliar Judiciário.

Juíza Leila Cury

Isso. E aí, logo em seguida, a nomenclatura do cargo passou a ser Analista, e Técnico passou a ser o Nível Médio.

Enquanto eu estava fazendo a Escola Superior, que foi uma base excelente, até melhor do que... Não sei se na faculdade eu era muito nova e, nessa época, embora eu fosse muito consciente de muita coisa, eu achava bom quando tinha um professor que não cobrava muito, porque era menos coisa para estudar. Não pensamos muito no futuro nessa época — pelo menos eu, na época, não pensei. Como tracei

um objetivo, quando fiz a Escola Superior do Ministério Público, mergulhei no estudo mesmo.

Desembargadora Sandra De Santis

Mas o objetivo era o Ministério Público?

Juíza Leila Cury

Não, era a Magistratura. Já era a Magistratura.

Fui fazer o curso. Era o melhor que tinha, achei que era onde eu iria adquirir conhecimento e base para fazer o concurso. Aí, nesse período, eu consegui passar para Técnico do TRF²⁶, que é hoje Analista — então, Analista do TRF —, TJDFT e Ministério Público. No TRF, eu passei ainda com classificação bem mais baixa. No TJDFT, passei bem classificada, fui chamada na segunda vez. Chamaram algumas pessoas e eu era o número sessenta e poucos. Não lembro mais, só sei que passei bem classificada e fui logo chamada.

Eu já estava também fazendo o concurso público para o Ministério Público.

Desembargadora Sandra De Santis

Nem chegou a exercer?

Juíza Leila Cury

Cheguei a exercer quase dois meses.

Desembargadora Sandra De Santis

Onde?

²⁶ Tribunal Regional Federal – TRF.

Juíza Leila Cury

Na Jurisprudência. Sabe o Mauro? Esqueci o sobre-nome dele, um sobrenome diferente. Ele era o chefe da Jurisprudência quando eu fiquei lá por quase dois meses.

Nisso eu já estava fazendo o Ministério Público (MP). A minha turma da Escola Superior do Ministério Público, a imensa maioria passou. Foi uma turma grande, de 36 pessoas, e todos passaram. Fiquei dois anos e meio no MP e, enquanto eu estava no MP, fui chamada para o TRF e para o próprio do Ministério Público, como Analista, mas eu já era Promotora.

Fiz da magistratura. Eu estava fazendo concomitantemente. Quando eu passei no Ministério Público, eu não fui. Passei na primeira fase e não fui fazer a segunda. Eu estava muito cansada, estressada de estudo e resolvi ficar um tempo no MP. Eu estava naquela neurose de que até dica da Dr.^a Ana, de outros professores, da Dr.^a. Nancy Andrichi.

Eu tinha meu quarto, a cama aqui e uma parede do lado de cá. Tinha um monte de papel grudado assim: requisitos do ato administrativo, conceitos de não sei o que lá. Então, tudo grudado. Eu abria a porta do armário, estava cheia de papel com conceitos, exemplos. Por exemplo, como fazer uma alegação final. Um modelinho, mais ou menos, do que tem de conter, falar de materialidade, autoria e tal, tudo. Chegava ao banheiro, puxava assim, e tinha um lembrete. Entrava no carro — eu tinha um carrinho nessa época, meu pai me deu um carro logo que pude dirigir — e nessa época não tinha CD, só toca-fitas. Tinha aquele toca-fitas, eu comprava as fitas — na verdade, gravava —, levava os gravadores pequenos. Os gravadores já eram pequenos, não eram aqueles enormes. Eu levava para a aula, gravava a aula dos professores e, enquanto eu estava no trânsito — de

casa para a Escola Superior ou para o curso, alguma coisa assim —, se eu estivesse no trânsito, ao invés de ligar o rádio, eu colocava o toca-fitas com as aulas gravadas da Dr.^a Nancy Andrichi, da Dr.^a Vera Andrichi, da Dr.^a Ana, de vários professores.

Eu estava ficando doida, não pensava em mais nada. Fiquei dois anos e meio, eu e o Chico, Juiz Francisco Antônio Alves de Oliveira, marido da Desembargadora Gislene Pinheiro²⁷. Nós estudamos juntos durante muito tempo. Somos da mesma turma de MP e da mesma de Magistratura. O Chico falou: “Minha amiga, vamos fazer agora o concurso para a Magistratura?”. Isso era em 1996. Eu falei: “Chico, será?”. Ele falou: “Acho melhor, porque eu também estava na dúvida e Gislene falou para mim: ‘Se você não fizer agora aquele estudo programado, você vai se esquecer’”. Tinha havido uma alteração grande no CPC²⁸. Ele falou: “Já houve uma alteração no CPC, vamos ter de estudar de novo e tal. Não vamos deixar ficar muito tempo”. Eu falei: “Chico, eu morro de vergonha, porque antes eu não era ninguém, hoje eu sou Promotora. Você já pensou?”. A prova era divulgada publicamente, acho que ainda hoje é. Aí eu falei: “Já pensou um Desembargador abrir e falar: ‘Leila Cury, zero.’ Olha a vergonha. Como é que vamos ficar?”. Aí ele disse: “Pois é, eu também tenho esse medo, mas se não encararmos agora, não vai.” Aí eu falei: “Seja o que Deus quiser.” Nós nos inscrevemos e, graças a Deus, passamos.

27 Desembargadora Gislene Pinheiro de Oliveira (*1/1/1963).

28 Código de Processo Civil – CPC.

Desembargadora Sandra De Santis

Qual foi a sua primeira designação como Juíza?

Juíza Leila Cury

Tribunal do Júri.

Desembargadora Sandra De Santis

Foi a primeiríssima?

Juíza Leila Cury

A primeiríssima.

Desembargadora Sandra De Santis

Não sei se V. Ex^a sabe: fui convocada para o Tribunal e precisava de um juiz — hoje até comentei com as meninas. Cheguei no Antônio Carlos, que era quem distribuía os juízes substitutos, e ele disse: “Dr.^a Sandra, estamos sem juiz. Só tem a turma que entrou agora. A senhora pode escolher quem quiser.” Fiquei olhando e lembrei que tínhamos feito um Júri pouco tempo antes. V. Ex^a era Promotora e eu disse: “Acho que conheço essa Dr.^a Leila Cury.” Não conhecia mais ninguém, então, escolhi por aquela atuação sua: “Pelo menos ela deve gostar de Júri, se atuou no Tribunal do Júri.” E foi assim.

E como é que foi? Porque eu não estava lá, eu estava convocada. Como foi o seu primeiro Júri?

Juíza Leila Cury

Foi muito interessante, porque, primeiro, eu não conhecia V. Ex^a — quer dizer, conhecia, sim, fizemos um Júri juntas em que fui substituir o Maurício (promotor) ou a Maria José (promotora), que estava de férias, e havia um rodízio de promotores. Sei que fiz um Júri lá, mas não a conhecia ainda.

Quando ingressamos, que fizemos o curso de formação — o nosso curso de formação foi rápido —, pediram para que colocássemos em um questionário o nosso local de preferência. Eles disseram assim: “Na medida do possível, vamos atender.” Então, coloquei “área criminal”, sem muita pretensão, nem falei em Tribunal do Júri especificamente. Até que veio o papel com todas as designações e vi que eu estava no Tribunal do Júri. Fiquei mega feliz, porque eu gostava muito do Tribunal do Júri e já conhecia o procedimento, por ter atuado dois anos no Tribunal do Júri.

O Ricardo Norio Daitoku (promotor), que era da minha turma, se desesperou, porque colocou assim: “Tudo, menos Júri.” Eu não sei por que, mandaram-no para o Júri. Quando chegamos, a sua diretora era a Dr.^a Onira Paiva Albuquerque. Havia a Kaori Sambuichi, o André, a Rose Mary, a Didi, a Divina. A Divina e o Luizinho se revezavam como secretário de audiência lá do plenário. No dia seguinte, teria um plenário e o Ricardo falou assim: “Já que estou aqui, deixa-me ir logo fazer esse plenário”. É engraçado, desculpe-me por estar rindo assim, mas lembro como se fosse hoje. Eu falei: “Tudo bem”. Eu ficava rindo porque ele estava muito nervoso. Ele ficou bravo comigo

e disse: “Você está rindo porque você conhece o procedimento e eu não. Quero fazer logo esse

Júri porque, se não der certo, vou pedir exoneração". Aí eu disse: "Não, Ricardo, o que é isso!? É o seu grande sonho. Não se preocupe! Faça primeiro para ver se você consegue. Se não conseguir, vou junto com você lá no Antônio Carlos e nós conversamos. Deve ter havido algum problema. Devem ter lido errado ou qualquer coisa assim. Não iriam fazer de propósito". Ele disse: "Não. Fizeram, fizeram!". E falei: "Mas por que iriam fazer só contigo, e com os outros não?".

Sei que ele foi fazer o Júri e eu fiz a audiência, o sumário. Eu estava no gabinete e a Divina entrou e falou: "Dr.ª Leila, aquele moço treme feito vara verde. Ele está muito nervoso". E eu não queria ir para não constranger o colega.

Lembro que no intervalo ele voltou lá, estava suando frio, e falou assim: "Não quero mais. Se não me tirarem daqui, não quero mais". Falei: "Não, fique tranquilo". No dia seguinte — porque eles falaram: "um faz uma semana e o outro faz a outra" —, quando ele voltou. Sei que terminou, com muito sufoco, mas ele é um magistrado excelente, é ótimo. Hoje está nos Registros Públicos. Mas 22 anos depois, a pessoa está mais serena, não é?

Até hoje ele fala que não gosta do Tribunal do Júri e lembra, mas ele diz que foi muito bom ter começado em um local onde, na época, estava com medo, porque aí ele deslanchou. Sei que de lá ele saiu e, no dia seguinte, fui eu. Naquele mesmo dia ele saiu, foi ao Antônio Carlos e tiraram. E fiquei sozinha.

No dia seguinte, fiz o Júri. Quando sentei na cadeira do juiz, que vi aquele Júri imenso, deu aquele frio. Uma coisa é ser promotora e iniciar uma audiência, pois naquela época o juiz perguntava primeiro. O interrogatório da primeira fase era como na criminal comum, em que se

fazia sozinho — promotor e advogado não participavam, só se quisessem, o que era muito raro. E aí, quando se é promotor... Lembro-me que a minha primeira audiência como promotora foi com a Desembargadora Maria Ivatônia²⁹, que chegou para mim e nem tinha pergunta para fazer, porque ela era muito boa. E, como Juiz, não: ou você inicia ou inicia, não tem como... Mas como eu estava tranquila em relação ao procedimento, nesse ponto foi mais tranquilo. Segurei o nervosismo e falei "e aí Didi, o que você achou?" Porque ela estava falando que o outro estava muito nervoso. Ela falou: "não, tranquilo, normal. Nem parecia que a senhora estava nervosa". E, a partir daí, foram inúmeros.

Desembargadora Sandra De Santis

Quanto tempo no Tribunal do Júri?

Juíza Leila Cury

Quatro anos.

Desembargadora Sandra De Santis

Como substituta?

Juíza Leila Cury

Como substituta.

Desembargadora Sandra De Santis

Só saiu para titularizar?

29 Desembargadora Maria Ivatônia Barbosa dos Santos (*15/8/1962).

Juíza Leila Cury

Não, saí duas vezes. Fiquei quatro meses no Juizado Cível de Taguatinga e dois meses em Vara de Família; mas, de resto, Tribunal do Júri.

Desembargadora Sandra De Santis

E titularizou onde?

Juíza Leila Cury

1ª Vara Criminal de Taguatinga, onde fiquei sete anos.

Desembargadora Sandra De Santis

Longeva em todos os lugares.

Juíza Leila Cury

Em todos. De lá fui removida para a 1ª Vara de Entorpecentes, onde fiquei seis anos, e de lá vim removida para Vara de Execuções Penais, onde estou há cinco anos. A minha trajetória foi parecida com a do meu pai no Exército, não mudei muito.

Desembargadora Sandra De Santis

Vamos falar agora sobre a Vara de Execuções Penais. Tudo da Vara de Execuções Penais.

Juíza Leila Cury

Tudo é superlativo.

Desembargado-

ra Sandra De Santis

Foi um desafio, não é?

Juíza Leila Cury

Foi um desafio enorme.

Desembargadora Sandra De Santis

E nós até falávamos: “coitada da Leila”. Mas V. Exª pediu, não é? Foi um pedido do George³⁰?

Juíza Leila Cury

Na verdade, foi um pedido do Desembargador Sérgio Bittencourt³¹, que estava na Presidência, que trabalhou com a Marilza Neves Gebrim³². Ele me chamou lá e falou que estava encerrando o mandato dele e queria dar uma destinação para a Vara de Execuções Penais (VEP), que estava sem titular, porque o Ademar³³ havia pedido aposentadoria. Ele disse que havia pensado em várias pessoas que achava que teriam perfil para ficar à frente da Vara de Execuções Penais e que uma das pessoas que ele tinha pensado havia sido eu, porque a minha trajetória sempre havia sido no crime. Aí ele falou: “Não precisa me dizer agora. Se você achar que deve ir, você me fala e eu coloco para girar e você opta. Se você não quiser, vou deixar para a próxima Administração resolver como vai ser feito, porque é uma vara sensível, que já vinha de uma situação meio sensível por causa dos processos do “mensalão”.

30 Desembargador George Lopes Leite (*8/2/1951).

31 Desembargador Sérgio Bittencourt (*11/9/1944).

32 Juíza de Direito do TJDF.

33 Ademar Silva de Vasconcelos – Juiz aposentado do TJDF.

Houve divergências internas e ele queria saná-las. Eu disse para ele. Hoje, por exemplo, há 53 colegas na minha frente. Acho que sou a quinquagésima quarta ou quinquagésima terceira, mas há mais de 50 colegas na minha frente. Na época, havia um pouco mais, acho que havia sessenta, salvo engano. Falei para ele: “Há vários colegas na minha frente, pode ser que outros queiram”. Ele disse: “Se outros quiserem, paciência. Temos de obedecer à ordem de antiguidade, mas acredito que não, porque andei sondando e as pessoas que estão na sua frente têm mais perfil de cível. E há outros na sua frente que trabalham na área criminal, mas não demonstraram interesse”. Ele já havia feito mais ou menos uma pesquisa. Eu disse: “Tudo bem, então, o senhor me deixa pensar”. Consultei várias pessoas, vários colegas, os próprios servidores que trabalham comigo, e as pessoas se dividiram: “Vai, Doutora!”, “Não vai!”. Alguns colegas falaram: “Você está doida, você vai trabalhar vinte e quatro horas, o presídio é um local que não fecha, fala com o Desembargador George Lopes Leite.” Aí eu falei: “Desembargador George Lopes Leite, o que o senhor acha?” Ele disse: “Você pensa bem. É pesado e tudo mais, mas se você gosta...”. Ninguém dizia “vá” ou “não vá”. As pessoas davam suas opiniões. “Vá, mas depende de você”, “deve ser difícil”. Quando, em um belo dia — não vou falar os nomes para não ferir suscetibilidade —, um colega disse: “Posso ser sincero? Não fique magoada comigo, não. Não é machismo, mas lá não é lugar para mulher”.

Desembargadora Sandra De Santis

É? Teve isso? V. Ex.a: “Agora é que eu vou!”.

Juíza Leila Cury

Aí eu disse: “Muito obrigada, você acabou de me ajudar a me decidir”. De lá, saí e fui direto ao Desem-

bargador e disse: “Desembargador, eu aceito.” Vamos ver se não é lugar para mulher. A leonina desafiada. Fui e estou lá há cinco anos.

Desembargadora Sandra De Santis

E como é?

Vamos falar como era? Como é agora? Quando chegou lá, com essas operações? E, hoje, com as organizações criminosas chegando cada vez mais perto?

Juíza Leila Cury

Assim que cheguei, já havia bastante organização criminosa atuando. Lá é um universo. Além da parte jurídica, lidamos muito com a parte social. Até me lembrei da época em que o Bonfá³⁴ disse que eu tinha jeito para psicóloga — porque ali temos de agir como psicóloga, assistente social, com a ressocialização, com o aparato do Governo do Distrito Federal, que, na maioria das vezes, não funciona 100%.

Então, é difícil para mim. Às vezes as pessoas me dizem: “Você é muito durona”. Mas, na verdade, é só a casca, porque, por exemplo, quando faço inspeção, fico com uma ressaca durante uns dois ou três dias. Eu entro nas galerias, deparo-me com celas lotadas, com garotos que poderiam ser meus filhos, meninos de 18, 19 anos. Aquelas carinhas novas, porém curtidas pelo tempo, acabadas pela vida que levam — porque a maioria deles mexe com droga, usa droga, vende droga, fica na rua de madrugada. Então, vemos meninos de dezoito, dezenove anos com a pele maltratada — não só maltratada por não

34 Professor da entrevistada durante o Ensino Médio.

ter uma vida regrada, mas às vezes até por não ter condições também. Mas, ao mesmo tempo, vemos pessoas com condições também.

Quando fui para a área de entorpecentes é que me dei conta, de verdade, que o crime não era sediado apenas na camada pobre da sociedade. Vemos que o tráfico leva para o crime muitos garotos da classe média, classe média alta. Venda de drogas sintéticas, que são mais caras; a cocaína, que o pessoal chama de escama de peixe, que é a mais pura e bem mais cara; o haxixe, que é mais caro. Essas drogas mais caras normalmente são vendidas por pessoas de classe média ou classe média alta e, às vezes, deparamo-nos com aquela desgraça humana do pai e da mãe chegarem chorando dizendo: “Meu Deus do céu, eu não sabia que meu filho estava nessa.” É aquele drama todo.

Esse drama todo é mais intenso na Vara de Execução Penal. Quando cheguei, havia doze mil presos, hoje, tenho mais de 17 mil. Então, é uma quantidade gigantesca. Vemos famílias de classe média, classe média alta, classe baixa, os grandes empresários e políticos, que vêm sendo presos, e as famílias de todos eles são exatamente iguais. Todos desesperados, porque ninguém se vê numa situação dessas.

E, às vezes, as pessoas cobram, porque o Dr. Ademar, antes, atendia as partes. Mas ele optou por isso. O que ele fez? Ele pegou o trabalho jurídico, dividiu entre os colegas, Juízes assistentes, e ficou ape-

nas com a função de visitar os presídios e receber os parentes dos presos. É uma opção de trabalho, mas eu, particularmente, penso que, trabalhando nos processos, ajudo mais, porque, se eu não despachar, o preso não recebe o benefício. Se ele não receber o benefício, não sai.

Desculpa, não estou criticando o colega. É uma opção, mas penso que, se eu for receber os familiares para dar atenção, não vou poder chegar para eles e dizer assim: “Não se preocupe, vou soltar seu filho”, porque não sou eu que estou despachando o processo. Não posso falar pelo meu colega substituto, que está atuando no processo. Não sou chefe dele e, ainda que fosse, o juiz tem a prerrogativa. Não posso chegar para ele e dizer: “Olha, concede o benefício para essa pessoa aqui”. Temos a lei como limite.

Então, penso que seria um desgaste muito grande — não sei se é porque eu me envolvo emocionalmente. Talvez ele tenha esse poder de saber separar. Eu, realmente, confesso que eu não tenho. Eu iria me desgastar, desgastaria as pessoas, não poderia atendê-las. Precisamos da lei como parâmetro. Então, nós optamos, eu e os colegas que me auxiliam — são três — em dividir o trabalho. O acervo é grande. Quando cheguei, como falei, acho que eram quarenta e poucos mil processos.

Em janeiro agora foi implantado o sistema eletrônico. Então, antes do sistema eletrônico, tínhamos cinquenta e um mil processos. O SEEU, que é o Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tem uma leitura ímpar e faz a leitura de que cada preso tem um único processo. É uma única numeração, ainda que ele tenha dez processos que tenham sido unificados.

No entanto, o acervo vai enxugar, porque ainda estamos em fase de implantação. Quando se implantar tudo, a quantidade de processos será a mesma que a quantidade de presos, porque haverá um processo para cada preso, fora os procedimentos. Temos procedimentos que tratam de assuntos relacionados à parte administrativa — pois o juiz, além da competência jurisdicional, tem também uma competência administrativa para gerir os presídios —, e aquelas pessoas que estão presas preventivamente, mas não tem carta de guia, e também há o procedimento. Então, é sempre um pouquinho mais do que a quantidade de presos, mas um número muito aproximado. Só que o trabalho continua o mesmo.

Então, se tem um preso com um processo e, dentro dele, tem dez outros que ele praticou e estão ali unificados, vou ter de analisar todos aqueles. Muitas vezes reconhecemos uma prescrição em um dos processos, mas não nos outros. Então, de qualquer forma, trabalhamos com todos. O acervo é muito grande e a quantidade de presos, também. Isso faz com que recebamos os advogados, quando nos procuram, mas as partes ou os parentes, fica impossível, porque, se formos recebê-los, não trabalhamos. Mesmo assim, os servidores têm contato e nós também. O meu contato com os presos. De nós quatro, eu que faço as inspeções. Quando vou às inspeções, recebo as cartinhas dos presos nas mãos. Eles se comunicam por carta, apesar de estarmos na era da informática, da rede social. Eles não têm acesso a isso, então ainda é por meio de carta. Eles me entregam ou conversam lá na hora. Sempre vou com a Renata, minha assessora, que anota os pedidos e, às vezes, decidimos até na hora mesmo.

Agora, com o SEEU, fica mais fácil ainda, porque não preciso nem do computador para digitar e para usar o SISTJWEB, que era o sistema que usávamos, já que agora

tudo é por meio eletrônico. Levo o *token*³⁵, o *notebook* e de lá mesmo dá para despachar e às vezes até para adiantar. Quando verificamos que efetivamente aquela pessoa já está em condições, já adianto o processo e mando para nosso Psicossocial, para a SESIPE³⁶, para o Ministério Público ou para a Defensoria, conforme a altura do andamento processual. Muitas coisas conseguimos resolver ali.

O SEEU melhorou um pouco em termos de agilidade — ainda faltam alguns ajustes, como sempre, porque esses sistemas estão sempre precisando de avanços. Melhorou bastante em termos de visual. A Vara de Execução é bem superlativa — ocupamos o segundo e o terceiro andar inteiro (do Fórum Mirabete). São 51 mil processos — V. Ex^a viu lá —, é um mar de processos por todos os lados.

Desembargadora Sandra De Santis

E uma Juíza alérgica, então, deve ser uma maravilha!

Juíza Leila Cury

Terrível!

Agora em janeiro foi feita uma força tarefa. Digitalizamos todo o acervo, conseguimos digitalizar e cadastrar. Na digitalização, você leva para o computador o que está no papel. No cadastramento — V. Ex^a também ajudou a fazer —, passamos os dados individuais do preso, os números dos processos e tudo o mais.

35 *Token* é um dispositivo eletrônico gerador de senhas, geralmente sem conexão física com o computador, podendo também, em algumas versões, ser conectado a uma porta USB.

36 Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal.

A implantação, que é a terceira fase e está em desenvolvimento, é bem complexa, porque os servidores têm de jogar no SEEU todas as incidências e ocorrências da Execução Penal: comutação, indulto, livramento condicional, *sursis*, progressão do fechado para o semi-aberto ou, às vezes, foi para o aberto, mas regrediu. Tudo isso tem de ser passado para o SEEU, e não é muito fácil. As pessoas acham que é fácil, mas não é algo matemático, porque o SEEU tem uma leitura, uma calculadora e o SISTJWEB, outra.

Então, na maioria das vezes, coincide. Na hora que passa, ele já começa a ler os benefícios para disparar quando aquele benefício está vencendo. O SEEU avisa, mas, às vezes, acontece de dar uma diferença. Assim, a pena fica um pouquinho maior do que a do outro. Tudo isso tem de ser feito por meio de certidão e, obviamente, entre um e outro, prevalece o que é melhor para a pessoa presa, o mais benéfico.

Desembargadora Sandra De Santis

Agora vamos falar sobre superlotação dos presídios e presos provisórios.

Juíza Leila Cury

Os presos provisórios, no Distrito Federal, não são muitos.

Quando aconteceu aquela chacina, salvo engano em janeiro de 2017. Começou no Norte e migrou para o Nordeste. Foi

uma chacina terrível. Começou em Manaus, salvo engano, depois foi para o Rio Grande do Norte, em Alcaçuz,³⁷ e para Fortaleza também. O CNJ³⁸ fez duas pesquisas e em uma delas o Distrito Federal figura como penúltimo e na outra, como último, em percentual de presos provisórios. O nosso percentual era em torno de quase 20%.

Eu fiquei 17 anos nas Varas de conhecimento e sei, pela nossa experiência aqui no Distrito Federal, que os juízes julgam rápido e os Desembargadores, também. Praticamente não temos grandes atrasos, salvo raríssimas exceções, casos muito pontuais de não julgamento no tempo oportuno, tanto no 1º Grau quanto no 2º Grau. Sempre foi muito célere aqui. Não há realmente muito provisório, não.

Agora, quanto à superlotação, lamentavelmente somos o terceiro nas pesquisas feitas. Confesso que não sei se a pesquisa levou em consideração a quantidade populacional, percentualmente falando, em relação aos presos. Sei que há uma pesquisa e figuramos em terceiro lugar.

Temos hoje em torno de 17 mil presos. Isso varia muito: 17.300, às vezes fica 16.900, a depender de como é feito no NAC³⁹, porque as pessoas presas passam pelo Núcleo de Audiência de Custódia e, às vezes, há uma soltura em quantidade maior e, às vezes, em quantidade menor, às vezes fica meio a meio. Isso varia um pouco. Às vezes temos 16.900, às vezes 17.300, 17.090. Vai

37 Unidade prisional localizada no município de Nísia Floresta, no estado do Rio Grande do Norte, a 25 km da capital Natal.

38 Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

39 Núcleo de Audiência de Custódia – NAC.

variando assim, mas, via de regra, temos um pouco mais de 17 mil. Tem 7.600 vagas, então, vemos que é mais da metade. A desproporção é grande.

Desembargadora Sandra De Santis

E qual seria a forma de contemporizar?

Juíza Leila Cury

Nós temos algumas ações. Atualmente o CNJ está com um programa denominado Justiça Presente, em que uma das providências era o SEEU, que os tribunais aderissem e implantassem o SEEU, como fizemos. Vários outros Estados têm feito até agora — acho que quase todos, só em São Paulo ainda estão conversando para que o SEEU seja implantado, não sei se no Rio de Janeiro também. Sei que praticamente todos aderiram. Eles querem incrementar a questão das alternativas penais.

Outra alternativa que nos pediram para incrementar, que está em franco desenvolvimento, é a monitoração eletrônica. Mas a monitoração eletrônica, por outro lado, é uma faca de dois gumes também, porque, quando a pessoa fica em vigília 24h, a probabilidade de ela ser flagrada praticando algum fato criminoso, regredir de regime e voltar é muito grande.

A Subsecretaria do Sistema Penitenciário é dividida em gerências. Uma das gerências é a GEFIC, que é a Gerência de Fiscalização. São pouquíssimos agentes para vigiar quem está em benefício externo e quem está no aberto. Isso fica em torno de 8 mil pessoas — o aberto deve ter quase 8 mil —, temos mil e poucas pessoas que saem de dois em dois meses em saída temporária e também trabalho externo. Então, são poucos agentes para vigiar. Quando usam tornozeleiras, estão vigiados por 24h, independentemente do ser humano. É uma mu-

dança de cultura e, então, acabamos flagrando muita gente em falta e a tendência de voltar é grande.

Sei que o CNJ não tem uma política de criação de vagas, porque o que eles querem é o desencarceramento. No Distrito Federal, tínhamos seis CDP's ⁴⁰ novos em construção e deu uma parada por uma questão administrativa, mas agora está a todo vapor. A empresa que assumiu — inclusive visitei na semana retrasada, fui ao canteiro de obras, e está bastante adiantado — prometeu entregar agora no final do ano.

Desembargadora Sandra De Santis

Seriam quantas vagas a mais?

Juíza Leila Cury

Seriam mais quase mil vagas. Temos também a PDF III ⁴¹. As Penitenciárias do Distrito Federal I e II já estão funcionando e são destinadas aos presos do regime fechado. Lá chamam de Cascavel, porque dizem que, quando foram construir, na hora que fizeram a fundação, saiu cobra para tudo quanto é lado, então, o pessoal colocou o nome de Cascavel, na Fazenda da Papuda. Agora, tem o projeto de construção da terceira, que já vai mais mil e tantas vagas — ela ainda não foi construída.

Há um galpão lá no CPP ⁴², um presídio no SIA, que abriga os presos que estão no semiaberto e que têm benefício externo. Então, eles trabalham durante o dia e

40 Centro de Detenção Provisória – CDP.

41 Penitenciária do Distrito Federal – PDF.

42 Centro de Progressão Penitenciária – CPP.

voltam para dormir. São galpões, celas coletivas, cada local daquele tem em torno de 400 e tantos presos, em um mesmo espaço. São treliches. São três galpões, um deles está interditado. Interditei porque deu uma rachadura e já faz quase três anos que está assim. Não ia para frente porque não tinha verba, e agora conseguiram verba. Na verdade, foi até o Ministério do Trabalho que conseguiu, dessas penas alternativas. Houve uma doação, salvo engano — quer dizer, é dinheiro de um particular, que entregou ao Ministério do Trabalho, e vai servir para reforma. Se eles entregarem, são mais 600 vagas.

Vai aliviar bastante, porque são muitas vagas que estão na iminência de serem entregues, mas, ainda assim, não saneia. Ainda continua havendo mais presos do que vagas. É uma questão muito complexa.

Desembargadora Sandra De Santis

A transexualidade: como lidar com isso no Sistema Penitenciário?

Juíza Leila Cury

Esse é um assunto bem preocupante e bem difícil.

Quando saiu uma decisão, salvo engano do Ministro do STF Luís Roberto Barroso, em que ele havia determinado... Havia três travestis que estavam em São Paulo — elas estavam presas em um presídio que, na verdade, não era onde elas deveriam estar — e o Ministro Luís Roberto Barroso proferiu uma decisão que foi interpretada pelas pessoas de

uma forma diferente, principalmente por essas instituições e organizações LGBT. O que eles disseram? “O Ministro mandou ir para o presídio feminino.” Tive de proferir uma decisão. Fiz uma reunião com o Subsecretário e falei: “Olha, essa é uma tendência. O Senhor tem de editar uma ordem de serviço. Penso que temos de deixar separado, para que em cada presídio tenha uma ala LGBT separada onde fiquem só eles ali — eles ou elas, conforme o perfil da pessoa — e não corram risco.

Há dificuldade em se levar uma travesti para um presídio feminino. Tive de enfrentar isso. Inclusive havia uma Comissão da Mulher, da OAB, e as doutoras vieram conversar, achando ruim, dizendo que eu estava errada, perguntando como é que não poderia levar o travesti para lá. Ainda falei com elas: “Doutoras, as Senhoras estão defendendo o direito das mulheres e estão trabalhando contra as mulheres, porque, vejam, o travesti tem o aspecto exterior feminino, mas tem o órgão genital masculino.” Esse é um universo muito grande, é difícil de se entender. Há travestis que praticam ato sexual com homem e com mulher e, aí, mistura-se um monte de coisas.

Há uma decisão do Ministro Ricardo Lewandowski⁴³ dizendo que, se a mulher tem filho menor de 12 anos ou se ela está grávida, tem de se analisar para ver se vai dar uma prisão domiciliar para aquela pessoa. As pessoas acham que é automático, mas não é. Na própria decisão o Ministro Ricardo Lewandowski excepciona se a pessoa praticou o crime contra o próprio filho. Há os criminosos sexuais, que abusam das crianças, agredem ou as matam, como ocorreu com aquelas duas que mataram o garotinho

43 Ministro do Supremo Tribunal Federal – STF.

— foi bem rumoroso. Elas estão lá no presídio feminino, inclusive. Temos de analisar para ver se vai deixar ou não, mas na cabeça deles é: tem criança abaixo de 12 anos ou se está grávida, vai sair.

Então, se colocarmos uma pessoa, dentro de uma cela, que parece uma mulher, mas tem órgão genital masculino, a probabilidade de combinarem para manter uma relação sexual para engravidar e poder sair do presídio é grande. A probabilidade de haver um estupro também é grande, porque são pessoas jovens, os hormônios estão a mil. Uma coisa somos nós, aqui fora, outra coisa é enclausurar uma pessoa que fica em uma cela.

No presídio feminino, nem todas ficam 22h, porque, via de regra, não se trabalha internamente. O público que trabalha é pouco porque a demanda é muito maior do que a oferta, não há vaga para todo mundo. Então, a maioria passa 22h na cela e 2h no pátio, no banho de sol. Em dia de visita, passa o dia inteiro, mas a visita é de 15 em 15 dias. No presídio feminino, mais mulheres ficam do lado de fora porque não há superlotação e há bastante vaga de trabalho interno. A Dr^a Deuselita Martins⁴⁴ foi sempre muito diligente. Ela fez um convênio com uma fábrica de lacinhos para cachorro. A cada três dias trabalhados, as presas estão remindo. Produzem para a pessoa e vão remindo pena. Tem uma oficina de costura pela Funap e, agora que ela está na Funap, acredito que ela vá implementar mais ainda. Então, as mulheres passam mais tempo fora da cela, mas muitas ainda ficam 22h na cela.

Imagina: são jovens, a probabilidade de se desentenderem é muito grande. Sabemos que mulheres têm suas especificidades. No período menstrual, muitas sofrem com

TPM. Os hormônios oscilam, o humor, também. Muitos travestis costumam ser pessoas problemáticas, violentas — não estou fazendo qualquer afirmação homofóbica, é a característica da pessoa mesmo.

Desembargadora Sandra De Santis

Eles são mais fortes!

Juíza Leila Cury

E são mais fortes, tanto que coloquei isso na decisão. Se houver uma briga, e essa possibilidade existe, enquanto houver possibilidade, quem está responsável pela custódia precisa pensar em tudo isso. Claro que a custódia não é diretamente minha, é da autoridade custodiante, do Poder Executivo, mas também sou responsável, e minhas decisões geram esse impacto. Então, temos de pensar que, se houver uma briga, elas vão ficar em minoria. Quando há brigas — e elas são constantes, não só no masculino, quanto no feminino, dentro da cela e também no pátio do banho de sol e de visita —, tem de haver uma intervenção dos agentes.

No presídio feminino, a grande maioria das agentes são mulheres. São poucos homens que trabalham lá, e que vão atuar só em uma eventualidade, porque, dentro da galeria, que é onde ficam as celas, são agentes mulheres. Senão, teria um homem com mulheres dentro da cela, pode haver o constrangimento de vê-las nuas, alguma coisa assim. Existem as grades e há de ter o visual de fora para dentro e de dentro para fora. Então, na galeria, só ficam mulheres.

Imagina se estourar uma briga e uma agente mulher tiver de segurar uma travesti, que tem o órgão

44 Diretora Executiva da FUNAP – Fundação Nacional de Amparo ao Preso.

genital masculino, e tiver de fazer o que eles chamam de “baculejo”, que é a revista pessoal. Uma mulher vai ter de pegar no pênis de um homem. Aqui do lado de fora, se uma policial militar mulher — já que a Polícia Militar é ostensiva — fizer uma revista no homem, ela responde procedimento, assim como se um policial homem pegar em uma mulher. Tanto é que, nos lugares onde tem muitas mulheres nas ruas — “bocas de fumo”, etc. —, sempre há uma mulher na guarnição. Quando não há, chamam uma que esteja próxima, para a mulher fazer a revista ou eles algemam e levam para a delegacia, onde alguma policial feminina faz a revista íntima. Um homem não pode fazer. Então, elas seriam obrigadas a fazer. Existem essas questões que são de ordem prática.

Na época, quando saíram essas decisões todas do Supremo Tribunal Federal, reuni-me com o pessoal do sistema e chegamos à conclusão de que eles iriam fazer uma ordem de serviço, e eu proferi também uma decisão no seguinte sentido: o público LGBT tem de ficar no presídio masculino em ala separada, a não ser que tenha feito a cirurgia de transgenitalização. Se ela tiver feito e tiver construído uma vagina onde havia um pênis, ela vai para o presídio feminino. Apesar de ela ainda ter bastante hormônio masculino, não tem como deixá-la no presídio masculino.

No presídio feminino há muito homossexual. Muitas se tornam homossexuais por serem abandonadas pelos seus homens e outras que já são mesmo, e inclusive são “trans”, como a

filha da Gretchen. A pessoa vai mudando, vai tomando hormônio masculino, nasce barba e transforma o corpo. Muitas delas são assim, só que lá elas são bem aceitas. O que se pede é que a mulher “trans” — que é aquela que se traveste de mulher, mas tem um pênis — vá para o feminino, mas o contrário, não. Não teria nem como levar uma mulher, que nasceu mulher — aprendi que mulher que nasceu mulher é chamada de “cis”; não sei exatamente o porquê, mas a denominação é essa —, para um presídio masculino, porque a pessoa vai ser estuprada até a morte. Mas lá elas são bem aceitas, não há uma rejeição de ficarem juntas na mesma cela. Não tive notícias até hoje de alguma ter pegado a outra à força. Sempre que há alguma relação, é consentida. Nunca chegou até mim algo que tenha sido forçado entre as mulheres. Acho que, até porque a maioria aceita, elas acabam convivendo bem, mas elas próprias não querem travestis lá.

Recentemente até o Ministro Luís Roberto Barroso disse que as mulheres “trans” devem ficar no presídio feminino, mas, pelo que vi da decisão dele, não há um esclarecimento de que precisa necessariamente fazer a cirurgia de transgenitalização. E, aí, se forem transferidas, o que vai acontecer? As mulheres vão ter de ficar amontoadas, porque, quando se separa uma ala, por exemplo, travestis — que não são muitos, são bem poucos —, se tiverem de ir para lá.

Uma ala inteira tem 14 celas. Cada cela daquelas ali tem capacidade para oito — eles contam pelo número de camas, aquelas camas de cimento —, mas sempre há bem mais. Lá não, porque não existe superlotação. Mas o que vai acontecer? Cada bloco tem quatro alas e tem um pátio comum. Se separar, o que

acontece? Diminui o horário do banho de sol e da visita, porque se tem de atender a dois públicos que não podem se misturar. Então, em vez de ficar o dia inteiro, um público vai ficar a metade do dia e outro público, a outra metade do dia. Em vez de as mulheres ficarem à vontade — elas ficam bem mais de 2h, porque é possível fazer isso —, se juntar lá, não vai dar, porque terá de dividir metade do tempo para as mulheres e metade do tempo para as travestis. Não dá para alterar. E acho que elas próprias vão se arrepender, porque elas gostam de manter relação sexual com homens. E, estando entre elas, não sei como será. Mas, se for determinado, vai ter de fazer.

Se, por exemplo, esvaziarmos uma ala para colocar só o público LGBT, aquelas mulheres que estão naquela ala vão ter de se juntar às outras de lá. As outras de lá.

Desembargadora Sandra De Santis

Vai haver superlotação onde não há.

Juíza Leila Cury

Vai haver. Por quê? Hoje não há, está em um número exato, mas, quando tiramos daqui e colocamos lá, superlota. Alguém vai ter de dormir no colchão no chão.

Desembargadora Sandra De Santis

Teríamos assuntos para o dia inteiro, mas infelizmente vamos ter de encerrar. Vamos encerrar com um tema bem genérico: ressocialização. A Senhora acredita?

Juíza Leila Cury

Eu ainda acredito. Sabe que sou Poliana, não é? Aquela que acredita em tudo.

Está muito longe do ideal. No presídio feminino, vemos mais isso, porque lá havia uma mulher muito dili-

gente, a Dr.^a Deuselita Martins,⁴⁵ que era mãezona do pessoal de lá. O que ela pôde fazer ela fez. Ela montou oficina de corte e costura. Conseguimos montar lá dois salões de beleza. Em uma cela, há secador de pé, todo o aparato que há em um salão simples, de interior. Tem tudo: cadeira para deitar, para fazer depilação. Enfim, tem tudo ali.

Desembargadora Sandra De Santis

Elas pagam?

Juíza Leila Cury

A Dr.^a Deuselita Martins conseguiu a doação de todo o material. As moças que trabalham, que sabem... Há uma moça lá que trabalhou no salão do Hélio. Uma delas estava presa por tráfico e a outra, porque matou uma companheira lá. Acho que as duas faziam prostituição, tanto masculina quanto feminina, e se desentenderam. Uma matou a outra — saiu até na imprensa —, ateou fogo e saiu arrastando o corpo. Foi aqui no Júri do Plano Piloto. Elas estão lá. Ela é cabeleireira e a outra, também. Acho que as duas fazem unha. Há outras manicures lá. Elas estão classificadas para o trabalho interno, então, executam esse trabalho sem receber — porque é só uma oficina —, mas elas estão remindo pena. Enquanto estão trabalhando, estão fora da cela e estão ali conversando com as outras, em um ambiente mais saudável. A cada três dias trabalhamos, menos um de pena. Não! Elas recebem, porque a presa que vai fazer a unha, vai fazer o cabelo, vai pintar, paga. É um valor mais baixo, obviamente não é o valor do salão Hélio, é um valor bem baixinho. Aí fica assim:

45 Diretora Executiva da FUNAP.

metade para a manutenção — para comprar esmalte, essas coisas — e metade para elas. E, além de tudo, elas estão remindo pena.

Quem não ganha são aquelas que trabalham com os lacinhos — aqueles lacinhos de cachorro, gravatinha e tudo. Elas produzem para ganhar a remissão e a moça que... Segundo a Dr.^ª Deuselita Martins, foi assim que elas fizeram, porque a moça não teria como pagar. Ela leva o produto que as moças fizeram ali. Então, elas fazem em troca do trabalho. Corte e costura, elas também fazem.

Há estudos. A pessoa que entra no presídio e pode cursar o Ensino Fundamental e o Médio, que é o ensino regular. Tem o CED 01, que é o Centro Educacional do GDF, e eles recebem diploma, que vale tanto quanto o daqui de fora. Só quem está no sistema sabe que CED 01 é de dentro do presídio, porque não tem qualquer outra menção. Então, se a pessoa quiser, ela pode estudar. Agora estamos com um convênio com a Anhanguera⁴⁶, há umas cinco ou seis mulheres que estão fazendo faculdade. Não fazem mais porque ainda é caro — as bolsas não são integrais, são só percentuais —, mas há algumas fazendo e pretendemos estender para outras.

Do masculino, há uma panificadora na PDF I, que foi construída, mas, por questão de corrupção, não estava funcionando e agora a Dr.^ª Deuselita Martins vai colocar para funcionar.

⁴⁶ Faculdade Anhanguera.

No CIR⁴⁷, destinado ao semiaberto, tem uma pocilga e uma parte agrícola, onde eles plantam, tratam dos porcos e galinhas. Fazem remissão de pena, vendem os produtos e mantêm o local. Tem várias outras oficinas: marcenaria, padaria, em que eles fazem pães e bolos bem gostosos. Alguns conseguem, mas não é o ideal. Temos a remissão pela leitura também e há, além do estudo, o CENED⁴⁸, que são aqueles cursos à distância.

Então, existem algumas ferramentas para ressocialização. Se pensarmos bem, alguns não querem e outros não têm acesso. O CENED é um curso a distância pago e nem todos têm dinheiro. Cento e poucos reais, duzentos e poucos reais, que para nós pode não ser muito, mas para eles é muito. Por isso, a maioria não tem acesso. Quanto à remissão pela leitura, nem todos sabem ler, infelizmente. A escola, embora esteja à disposição, nem todos querem. Estamos engatinhando. Precisamos incrementar muito mais e fazer várias outras ações para a ressocialização ser concreta, efetivamente. Mas, com esforço, apesar dos pesares, apesar de ser um ambiente muito hostil, se houver força de vontade, acaba-se conseguindo. Uns poucos conseguem.

Por último, vou contar uma história: eu estava no Terraço Shopping, no Sudoeste, próximo de onde moro, e havia uma loja do Pontofrio, que fechou recentemente. Entrei para comprar um eletrodoméstico, não me lembro mais qual. Quando entrei, perguntei se havia o que eu queria e a moça que me atendeu respondeu que sim. Ela

⁴⁷ Centro de Internamento e Reeducação – CIR.

⁴⁸ Centro de Educação Profissional – CENED.

me mostrou, eu escolhi. Ela falou: “Vamos ali que eu vou imprimir para a senhora pagar”. Ela me perguntou o meu CPF e, quando eu falei, apareceu na tela e ela falou: “Leila Cury!”. Então, ela virou para trás, nem olhou pra mim, e pensei: “Meu Deus, uma ré”. Já pensei logo. Fiquei parada, espantada. Ela disse: “A senhora me condenou”. Eu falei: “Eu te condenei? O que você está fazendo aqui, então?”. Ela respondeu: “Não, eu já cumpri minha pena, faz muito tempo”. Perguntei: “Foi na Vara de Entorpecentes?” e ela falou que foi em Taguatinga. Então, eu falei: “Nossa, então faz muito tempo, porque fiquei em Taguatinga do final de 2001 ao final de 2008”. Ela falou: “Faz muito tempo, Doutora, há mais de dez anos. Eu era nova, me envolvi com gente errada e fiz um assalto com o meu ex-namorado. Cumpi minha pena, paguei direitinho”. Eu falei: “Nossa, que bom! Sabe que agora estou na Execução Penal? Fico muito feliz, porque, agora, indo aos presídios, sei que não é fácil e que a pessoa tem de ter muita força de vontade para vencer. Fico feliz de você estar aqui agora, trabalhando”. Vi que era algo muito espontâneo, porque veio vindo um rapaz e ela disse, na maior altura — a loja estava até razoavelmente cheia: “Fulano, olha, essa aqui é a minha juíza, foi essa que me condenou”. O rapaz virou e falou: “Oh, Doutora, porque a senhora não deixou esse diabo aí lá na Papuda⁴⁹?” Brincando com ela. Todos riram e eu falei: “Fiquei feliz porque você fala com a maior naturalidade. Isso significava que você realmente se ressocializou”. Ela falou assim: “Hoje eu tenho outra vida, sou casada, tenho filho, e o presídio me serviu de lição. Lá eu fui estudar pela primeira vez, lá eu fui a uma ginecologista pela primeira vez”. Cada presídio tem sua equipe de saúde. Ela falou que, lógico, há a parte hostil e ruim, que viu muita coisa feia e presenciou muita coisa que não

deveria, mas agradeceu o lado bom de ter conhecido uma ginecologista, estando lá, de ter iniciado os estudos lá e de, hoje, ter encontrado uma profissão. Quer dizer, é uma em um grande universo, mas nos deixa feliz.

Desembargadora Sandra De Santis

Muito feliz!

Dr.^a Leila Cury, muito obrigada! A Senhora quer fazer mais alguma consideração?

Juíza Leila Cury

Quero agradecer. Realmente fico muito lisonjeada. Nunca imaginei, na minha vida — há vinte e dois anos que fui trabalhar com V. Ex.^a no Tribunal do Júri de Brasília —, que estaria hoje aqui conversando a respeito da trajetória profissional. Para mim, foi muito importante começar com V. Ex.^a.

Quando ingressamos em um concurso da Magistratura, exige-se uma postura muito rígida. Fiquei encantada com a postura de V. Ex.^a: muito firme, mas doce ao mesmo tempo; sem se afastar das pessoas, mas também sem perder a imparcialidade tão necessária. Víamos os mais velhos dizendo: “Olha, cuidado. Não conversa com advogado, não conversa com promotor, não conversa com a parte, porque podem achar que você está tendenciosa e tudo mais”.

Eu vi V. Ex.^a com uma leveza tão grande, com uma imparcialidade tão grande, que eu pensei: “Podemos ser normais e exercer a Magistratura com afinco, sem perder a imparcialidade”.

É maravilhoso, inteirando-se do processo, não

estar equidistante do processo, porque, se vamos julgar, temos de conhecer.

Muitos dos colegas não gostam do Tribunal do Júri porque acham que o juiz não vai julgar o mérito, quem julga são os jurados. Ora, mas o juiz conduz o processo.

Desembargadora Sandra De Santis

E muito!

Juíza Leila Cury

Nós sabemos o quanto decidimos. Precisamos participar ativamente. Lógico que cada um tem seu papel: o advogado, o promotor, o juiz. Juntos, conseguimos seguir e tocar o processo, mas é importante que o juiz participe de tudo.

Então, para mim, é uma honra muito grande estar aqui hoje, tendo iniciado o espaço na Magistratura pelas suas mãos.

Desembargadora Sandra De Santis

A honra é minha. Agradeço muito. Vossa Excelência faz um trabalho maravilhoso — e deve saber disso — perante a Vara de Execuções Criminais, apesar de ser mulher.

«fim»

DATA DA ENTREVISTA

5/8/2019

LOCAL

Memorial TJDFT – Espaço Desembargadora Lila Pimenta
Duarte, Brasília-DF

ENTREVISTADA

Leila Cury

ENTREVISTADORA

Desembargadora Sandra De Santis Mendes de Farias Mello

TRANSCRIÇÃO

Subsecretaria de Taquigrafia e Gravação – SUTAG

REVISÃO

Liliam Cilene dos Santos Pedroso – NUAMI
Sérgio Bertoldi – NUAMI

PROJETO GRÁFICO

Diego Vilani Morosino – ACS

DIAGRAMAÇÃO

Roberta Bontempo Lima – ACS



PROGRAMA

HISTÓRIA ORAL

JUÍZA DE DIREITO LEILA CURY

NUAMI

Núcleo de Apoio à Preservação
da Memória Institucional

SGIC

Secretaria de Gestão da Informação
e do Conhecimento

PVP

Primeira
Vice-Presidência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL
E DOS TERRITÓRIOS

TJDFT